

A HISTÓRIA A PARTIR DA MEMÓRIA: AS ORIGENS DA FAZENDA CAMPINAS E SUA TRANSIÇÃO PARA BAIRRO¹

Elias Souza dos Santos²

RESUMO

Este trabalho pretende avaliar as origens de Campinas, bairro da cidade de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. Nesse percurso, buscamos compreender em que circunstâncias esse núcleo habitacional foi formado, suas relações com os antigos engenhos de cana-de-açúcar, bem como as transições posteriores, de fazenda a bairro. Para tanto, recorreremos às memórias de antigos moradores ou descendentes dos primeiros moradores, entrevistados especialmente para este trabalho, que falaram sobre diferentes personagens, a diversidade cultural da região e sua relevância para a transição da vila para a cidade de São Francisco do Conde.

Palavras-chave: Campinas (São Francisco do Conde, BA) - História. História oral - Campinas (São Francisco do Conde, BA). São Francisco do Conde (BA) - História.

ABSTRACT

This paper intends to evaluate the origins of Campinas, a neighborhood in the city of São Francisco do Conde, in the state of Bahia. In this course, we seek to understand, under what circumstances this housing nucleus was formed, its relations with the old sugar cane mills, as well as the later transitions, from farm to neighborhood. To this end, we resorted to the memories of former residents or descendants of the first residents, interviewed especially for this work, who talked about different characters, the cultural diversity of the region and its relevance to the transition from the village to the city of São Francisco do Conde.

Keywords: Campinas (São Francisco do Conde, BA) - History. Oral history - Campinas (São Francisco do Conde, BA). São Francisco do Conde (BA) - History.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Barreto Farias.

² Graduando na Licenciatura em História e Bacharel em Humanidades pela UNILAB, Campus dos Malês.

1 INTRODUÇÃO

Logo após o final da escravidão e com a repartição das terras de engenhos que se tornaram grandes e pequenas fazendas, em São Francisco do Conde, muitas comunidades foram criadas, nos rumos e arredores dessas fazendas. Com o desenvolvimento, e o aumento das famílias, ainda as migrações de outras, grandes núcleos foram surgindo, despertando preocupações em alguns senhores de fazendas, por temerem por uma rebelião e tomada das terras. Assim, preferiam construir moradias simbólicas para essas famílias, ou até mesmo expulsá-las. Contudo, alguns antigos moradores recebiam de seus senhores parte de terras para viverem com suas famílias e nelas produzirem, tendo que lhes devolver parte da colheita, a chamada terra de meia.

Quem nos conta essa história é o Sr. Augusto da Cunha Melo, engenheiro aposentado, com 80 anos de idade, herdeiro de uma grande parte das terras localizada na estrada de Campinas, bairro do município de São Francisco do Conde. Essa versão sobre as diferentes formas de transições de terras também foi confirmada pelo professor Jorge do Espírito Santo, em entrevista que nos concedeu na Secretaria de Educação de São Francisco do Conde (Seduc). Mas que outras histórias e memórias foram construídas sobre essas antigas fazendas e moradores que acabaram dando lugar ao bairro de Campinas? Como ele foi se formando? Essas histórias ainda são revividas ou reatualizadas pela população local? Meu objetivo, neste trabalho, é justamente entender quando e como essa formação ocorreu. Como esse núcleo habitacional, hoje um bairro, teve seu início, com moradores de antigos engenhos e fazendas da região, possivelmente descendentes de escravizados.

Na cidade de São Francisco do Conde, bem pouco se ouve falar da história do bairro de Campinas, tanto nas instituições públicas ou privadas e muito menos nos espaços informais. São Francisco do Conde não tem um acervo de sua história reunida na própria cidade, nem tampouco um museu ou centro histórico. A cada passagem de gestão, pouco do que se tinha acaba se perdendo. É preciso uma pesquisa minuciosa em acervos digitais. Ou, no caso da origem dos bairros, a última instância é a oralidade, recorrendo às poucas memórias existentes. Mas, sem outros registros, muitas inquietações acabaram surgindo, especialmente o porquê do nome Campinas. Foi assim que resolvi investigar as possibilidades de sua origem, acreditando no grande potencial e na valorização da história local, por muitas vezes não contada, e até então desconhecida por muitos de nós, moradores do bairro e da cidade. Campinas tem história, só não tem sido compartilhada com a localidade.

Essa pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa, com o objetivo de descrever e explicar o processo de origem do bairro de Campinas, bem como sua transição de fazenda para núcleo habitacional, a partir de diferentes procedimentos, tais como: pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e produção de fontes orais, através de um contato direto com os entrevistados. Contudo, neste contexto, é importante trazer as experiências adquiridas durante a pesquisa, pois este processo se deu em um cenário atípico da nossa realidade, onde o mundo enfrenta uma guerra contra um vírus antes desconhecido, o COVID-19, que provocou uma pandemia, com mortes em todo o mundo e um necessário distanciamento entre as pessoas. Assim, ao longo da investigação no último ano, tive que postergar algumas entrevistas e rever a forma de fazê-las, respeitando o distanciamento social, com muito rigor e precaução, conforme as medidas de segurança orientada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e fazendo uma nova seleção de entrevistados.

Eles foram escolhidos entre pessoas que se destacam na comunidade, muitas vezes como contadoras de histórias. Como morador da comunidade, minha boa relação ajudou bastante, tanto no reconhecimento das pessoas que poderiam participar da pesquisa, quanto na liberdade de fazer as perguntas e eles se sentirem à vontade para respondê-las. No final, alguns acabavam falando mais do que o que foi perguntado. Com alguns, tinha – e ainda tenho – uma aproximação ainda maior, por serem vizinhos ou familiares, como o Sr. Raimundo dos Santos, meu pai, que sempre me contou histórias sobre o bairro. Algumas situações vividas por ele mesmo e outras contadas pelos seus meus avós.

Ao tratar das fontes orais, Verena Alberti ressalta a importância do trabalho com a história oral, que “permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI: 2005,155). Mas essa metodologia não é exatamente uma novidade; historiadores da Antiguidade já se utilizavam dessa ferramenta, como também cita Alberti (2005):

A estratégia de ouvir atores ou testemunhas de determinados acontecimentos ou conjunturas para melhor compreendê-los não é novidade. Heródoto, Tucídides e Políbio, historiadores da Antiguidade, já utilizaram esse procedimento para escrever sobre acontecimentos de sua época. Entre 1918 e 1920, William Thomas e Florian Znaniecki, pesquisadores poloneses radicados nos Estados Unidos, publicaram histórias de vida de imigrantes poloneses, na obra em cinco volumes *The Polish Peasant in Europa in America*. Estavam afinados com as novas tendências de pesquisa empírica do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, a conhecida Escola de Chicago, segundo a qual caberia ao pesquisador sair das bibliotecas e ir para o campo, no caso, a cidade, transformada em laboratório. (ALBERTI: 2005, 156)

Ainda de acordo com Verena, no início, a história oral levava em consideração as falas de personalidades na história norte americana, como homens públicos que se destacaram na vida política, desconsiderando a história que hoje chamamos de “história vista de baixo”, onde seus principais atores são pessoas pobres, trabalhadores rurais etc. Assim, essa metodologia constitui-se, sobretudo, na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que testemunharam ou participaram de acontecimentos do passado e do presente.

Isso também nos leva às discussões sobre o conceito de memória. De acordo com o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy:

Memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos, objetivos e materiais. [...] toda memória tem índices sociais que a justificam. É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que relevam o significado das lembranças armazenadas (MEIHY, 2002: 54).

Além disso, a memória é essencial a um grupo ou uma comunidade, porque está ligada à construção de sua identidade; é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para a unidade, a continuidade e a coerência, ou seja, à própria identidade. Mas ela também pode se modificar e, por isso, podemos falar em uma história das memórias de pessoas ou grupos. Como destaca o sociólogo Michel Pollak, as “memórias coletivas” são tão “numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade”.

Assim, ao fazer uma análise da sociedade busca-se descobrir a sua origem usos e costumes, população e todo o seu contexto e potencial histórico. Com base nessas orientações, este trabalho se debruça na pesquisa histórica, valorizando a capacidade da memória, a partir da oralidade de antigos e atuais moradores da comunidade, buscando identificar filhos e netos de primeiros moradores, em resgate da memória talvez esquecida ou apagada.

2 SÃO FRANCISCO DO CONDE: A VILA, OS ENGENHOS, TRANSIÇÕES

É preciso pontuar, de início, que – mais de cem após a chegada da comitiva portuguesa ao que se tornaria o Brasil, e mais precisamente à Bahia, logo em 1618, foram construídas duas igrejas no alto de um monte, nas terras que mais tarde se chamariam vila De São Francisco, por ordem do conde de Linhares, que recebera essas terras através do acordo de sesmarias. Hoje essas duas construções compõem o convento Santo Antônio e a Matriz de São Gonçalo, na cidade de São Francisco do Conde-Bahia Algumas décadas depois, data também

aproximadamente indicada por STUART B. SCHWARTZ (1988, p 81), nasceria a vila de São Francisco do Conde, palco também de uma das maiores tragédias humanas - a escravidão. E já nos primeiros anos do período colonial, vários engenhos foram construídos na região, conhecida como Recôncavo baiano. Para trabalhar neles, africanos foram capturados, escravizados e trazidos para o continente americano. Segundo o historiador João José Reis, a província da Bahia recebia anualmente cerca de 8 mil pessoas escravizadas (REIS, 1992: 101).

Muitos engenhos de cana-de-açúcar também foram construídos em São Francisco do Conde, como Dom João, Sapucaia, Cinco Rios, dentre outros. No livro *Segredos Internos*, Stuart Schwartz (1988) aponta que, na região, existia a segunda maior concentração de engenhos, situados nas ilhas denominadas Marapé por Soares de Souza, onde mais tarde se tornaria a vila de São Francisco do Conde (SCHWARTZ: 1988, p. 82). Durante muitos anos a vila manteve essa produção açucareira com a predominância da mão de obra escrava. Em verdade, porque não dizer que todas as construções da vila continuariam utilizando, ao longo do século XIX, o trabalho cativo. E de acordo com Lívio Sansone (2005), até pelo menos os anos 1950, a economia continuaria centrada na produção açucareira, altamente segmentada entre os grupos populacionais.

Vários fatores contribuíram para o crescimento da população da vila de São Francisco, sobretudo o grande aumento da produção de açúcar na região, versão também apresentada por Raimundo Cerqueira Santos, que nos diz:

Com o crescimento da produção de cana-de-açúcar, novas áreas eram anexadas provocando uma reorganização do espaço. Numerosos engenhos destinados ao fabrico do açúcar foram construídos. Segundo Katia Mattoso (1992, p. 36), acompanhados por famílias, agregados, escravos negros e lavradores livres ou obrigados, os senhores de engenho fixaram-se no Recôncavo em grande número: São Francisco da Barra do Rio Sergipe do Conde foi o primeiro de vários núcleos populacionais que se formaram (SANTOS: 2019, p. 5).

Segundo Barickman (2003, p 83), a região Nordeste abrigava quase a metade da população brasileira, e esse crescimento contínuo se explicava pelo aumento da população na Bahia, mesmo depois da transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. E de acordo com o SCHWATZ (1988, p,90) em princípios do século XIX, a vila de São Francisco, compreendia cinco paróquias com oitenta engenhos.

Em “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881), Barickman nos diz que, no começo do século XIX, a região ostentava uma economia agrícola próspera e variada, que se baseava, em grande parte, na mão-de-obra escrava, e cuja produção era destinada a mercados externos e locais. Mais do que isso,

mesmo em 1872-73, a Bahia ainda tinha a terceira maior população servil do Brasil; ou seja, mais escravos ali moravam e trabalhavam do que na província cafeeira de São Paulo (Barickman, 1850-1881, p181). Mas, desde princípios do século XIX, também se assistiu a essa população cativa organizando lutas, revoltas e outras formas de resistência. Como aponta Reis, em 12 de fevereiro de 1816, em seguida à celebração de uma festa religiosa, rebeldes de Santo Amaro e São Francisco do Conde queimaram diversos engenhos, entre eles o Cassarangongo e o Quibaca, atacaram casas e pessoas em Santo Amaro e mataram vários brancos e escravos que lhes recusaram apoio (REIS: 1992, 108).

Também é importante destacar que, nas últimas décadas do século XIX, houve uma queda na exportação do açúcar provocada pelas pestes e pragas nos canaviais e pelas secas que se abateram no Nordeste e se estenderam pelo Recôncavo, prejudicando a população rural e sua agricultura. Além disso, de acordo com Barickman, às vésperas da abolição da escravidão, já se observavam modificações no universo açucareiro do Recôncavo:

Assim, já em julho de 1888, um senhor de engenho de São Francisco do Conde observou que, como resultado da abolição, "ainda não se pôde reorganizar os serviços nem da lavoura nem da casa". Ainda previu que, dentro de um ano, "poderão as fábricas [engenhos] fechar as portas, porque ninguém no município tem podido plantar novas canas ..." Doze anos depois, o secretário estadual de Agricultura, em seu relatório de 1900, declarou que, "após a abolição da escravidão, a indústria açucareira caiu em desanimadora apatia, conseqüente da tremenda crise produzida pela escassez de mão-de-obra." (BARICKMAN, 1999: 192)".

Ao longo dos anos, a vila-cidade recebeu algumas denominações até ser consagrada como, atualmente, São Francisco do Conde. De sítio Sergipe do Conde, passou à vila do Sergi ou do Sergi Mirim, depois vila de São Gonçalo. Porém, esta última foi logo alterada pelo decreto lei nº 141, de 31 de dezembro de 1943.

A vila de São Francisco da Barra do Sergi do Conde foi considerada uma das mais antigas da Bahia pelo interventor Federal, Sr. Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, que se tornou um núcleo com grandes características, e com significativas contribuições nas lutas pela independência da Bahia e do Brasil. Mesmo assim, só foi elevada à categoria de cidade em 1938, através do decreto 10.724 (30 de março de 1938), e muito tempo depois de Santo Amaro, Cachoeira e Maragogipe.

Ainda hoje, muitos moradores, principalmente dos bairros distantes e dos distritos, descrevem a cidade como vila, já que acreditam que São Francisco do Conde ainda não pode ser considerada uma cidade pela falta de desenvolvimento, do ponto de vista econômico e de

oportunidades. Também por algumas características que eles consideram fundamentais para definir uma cidade, como: indústrias, comércio com mais opções e uma maior população.

Para entendermos um pouco mais sobre esse processo, iremos primeiro dialogar com Fernando Pedrão, em seu livro *Novos e Velhos Elementos na Formação Social Do Recôncavo da Bahia de todos os Santos* (2007). Na obra, chama nossa atenção para a formação do recôncavo, que não foi homogênea, com cada vila e cidade com suas particularidades. Em algumas regiões esse processo foi ainda mais lento e, em outros, mais complicado. E nos diz:

A formação da nova sociedade do recôncavo não é, de modo algum, homogênea nem constituída de movimentos contínuos. Aparece no plano econômico e político, com entrada de fatores econômicos e internos- nacionais- como estruturantes da região, substituindo ou complementando os fatores externos- de relações com o exterior- na função de estruturadores de sociedade (PEDRÃO, 2007: 11)

Em geral, sabemos que a formação do Brasil teve início a partir de pequenos povoados, assentamentos e invasões de terras, pequenos núcleos habitacionais que se estenderam e, muitas vezes, deram origem a cidades maiores ou mesmo metrópoles. Foi assim na Bahia. Em São Francisco do Conde, e particularmente no bairro de Campinas, também houve um crescimento significativo.

Com o final do cultivo da cana-de-açúcar, após a abolição da escravatura, muitos proprietários de engenhos não quiseram continuar investindo, nem tão pouco morando nas terras em São Francisco do Conde, indo, então, para a capital da província, e estes engenhos passaram a ser chamados de fazendas.

No artigo “Escravidão e Trajetórias do Pós-Emancipação em São Francisco do Conde: (Séculos XIX e XX)”, de Idalina Freitas, Tatiana Florentino Santana, Elzira Sá e Juciara Viana, acompanhamos o processo de formação da vila, depois tornada cidade:

O processo de ocupação da cidade de São Francisco do Conde, pode ser dividido em quatro momentos distintos: a obtenção de terras por Mem de Sá, as concessões de sesmarias que resultaram em construção de engenhos anterior a 1587, pela criação da freguesia de São Gonçalo de Sergipe do Conde anterior a 1588 e pela criação da vila de São Francisco em 1698. Segundo Schwartz, Mem de Sá era proprietário de uma vasta sesmaria no recôncavo, mais precisamente Sá era possuidor de 4 léguas de costa e $\frac{3}{4}$ léguas terra adentro, 1 essas dimensões são correspondentes às terras que vão do Marapé até a ponta de Saubara. (Freitas et al., 2020: 567)

Mem de Sá dividiu a grande área em lotes e concedeu algumas sesmarias para: Fernão Rodrigues Castelo Branco: duas léguas, na entrada do Paraguaçu; Francisco Toscano: duas léguas; Egas Moniz Barreto: uma légua, acima da ilha dos franceses; Paulo Dias: meia légua, acima do rio Sergipe (do Conde); Sebastião Álvares: uma légua, defronte a ilha de Maré. Por volta de 1587, a sesmaria já noticiava a existência de cerca de 14

engenhos, que iniciaram o processo de povoamento de Sergipe do Conde. (Freitas et al., 2020: 567)

As terras de São Francisco do Conde ainda continuaram, e continuam, em poder de uma minoria, a elite. Entretanto algumas famílias com poucos recursos conseguiram parte dessas terras para plantação e sobrevivência que, mais tarde, se tornariam grandes e pequenas fazendas.

No vai e vem, de decretos em decretos, a cidade em 1953 definiu-se, pelo decreto de lei nº 628 de 30 de dezembro, apenas com a composição seguinte: São Francisco do Conde, Mataripe e Monte Recôncavo, assim entendemos que os demais espaços ainda não tão consolidados aparecem como bairros do Centro (São Francisco do Conde).

3 CAMPINAS: FAZENDA, COMUNIDADE, BAIRRO

Em 5 de outubro de 2019, nos dirigimos à residência do senhor Augusto, situada na estrada de Campinas, s/n, na entrada de Gurujé. Ele era neto do senhor João Pinto da Cunha, proprietário da fazenda Conceição da Boa Vista, que fazia rumo com a fazenda São Bento, onde já existia um assentamento de algumas famílias descendentes e remanescentes de escravizados. No outro lado da cerca, na fazenda Conceição da Boa Vista, foi ordenado pelo sr. João (proprietário) a construção de algumas casas para moradias de alguns dos seus funcionários. De acordo com o sr. Augusto, alguns anos mais tarde, com o crescimento dessas famílias, a cerca que separava essas fazendas foi desaparecendo, formando ali uma comunidade, que, posteriormente, chamar-se-ia Fazenda Campinas.

Todavia, esse processo de transição não se acabaria ali, esta fazenda seria o que chamamos hoje de Bairro Campinas. Mas o Sr. Edgar afirma que: antes de acontecer o fato narrado por Augusto, as terras que hoje pertencem à comunidade de Campinas pertenceram ao engenho São Bento das Lages, posteriormente à Escola Agrícola, e ao governo imperial, local que pertencera ao engenho São Bento.

Como importante indício, no espaço que existiu a casa do engenho em questão foi construído a Escola Agrícola. Também afirma o Sr. Edgar, e o que foi confirmado por outros moradores, filhos de antigos moradores, que os primeiros aqui chegados eram trabalhadores da Escola Agrícola e foram autorizados a construírem casas de palhas ou madeiras para residirem, com a condição de pagarem aluguel mensal com uma diária de trabalho. Ou seja, cada família teria que trabalhar uma vez por mês na Escola Agrícola para quitar o aluguel da moradia.

As diferentes versões de nascimento do bairro de Campinas, ao serem relacionadas e confrontadas, acabam se combinando. O importante é saber que esse bairro foi formado por diferentes famílias, vindas de lugares diferentes, com culturas e costumes diversos, reafirmando também a diversidade cultural da região, com a grande maioria da população negra como em toda a cidade – e, de uma forma mais geral, do próprio país. Mesmo sendo trabalhadores rurais, mas de localidades diferentes, alguns moradores, como por exemplo o sr. Edgar e sua família, moravam no Porto de Brotas, em São Francisco do Conde, próximo de Campinas. Outros saíram de localidades mais distantes, principalmente aqueles que compravam a maior parte de terras e iam transformando-as em pequenas fazendas. No entanto, surge uma questão: o que de fato levava essas pessoas a migrarem para essa região no século XIX? Entende-se que não tinham o conhecimento da lei de terras de 1850, daí chegaram com a perspectiva de que, mais tarde, receberiam a concessão de terras para plantações e dali também retirariam seus sustentos, bem como ocupariam as terras como reparação dos seus antepassados. Afinal, há indícios de que alguns dos que se deslocaram para essa região tenham sido descendentes de ex escravizados.

Figura 1 - Fachada principal e ruínas (à luz da Escola Agrícola, surge o povoado de Campinas)



Foto: Elias Souza (2019).

Com o objetivo de resolver os problemas da área de produção agrícola, no que diz respeito a mão de obra, falta de capital e ao atraso tecnológico, foi criada, em 1859, a primeira escola de ensino superior agrícola da América Latina, o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, por D. Pedro II, no Engenho de São Bento das Lages, em São Francisco do Conde

Mas sua inauguração só aconteceu, de fato, 18 anos depois, em 1877, também por intermédio de d. Pedro II. Em 1917 o governo extinguiu a escola, e em 1931, foi transferida para Salvador e teve suas atividades realizadas temporariamente até 1943, quando mais uma

vez mudou de sede, agora para Cruz das Almas, cidade do Recôncavo Baiano a 153 quilômetros de Salvador e 74 quilômetros de São Francisco do Conde.

O intuito dessa escola era que os alunos aprendessem e aperfeiçoassem as técnicas na agricultura e, de acordo com Idalina Freitas, seria:

um projeto para o pós-abolição, percorrendo caminhos que promoveram uma circulação de ideias e projetos que conciliaram ciência e economia entre as colônias francesas, inglesas e americanas. Nasce influenciada pelos debates sobre nação, abolição e trabalho livre, criando um espaço destinado à instrução, o qual teve como um dos objetivos a formação de mão de obra e manutenção de um operariado agrícola “mais competente” e modernizado, justificando que a agricultura praticada por escravos e ex-escravos não era exercida de forma “profissional (FREITAS, 2019: 31).

Muitos trabalhadores da construção não eram do município, e tiveram que buscar locais para residirem nas proximidades, principalmente trabalhadores da classe operária. Não tendo muitas opções, tiveram que fazer assentamentos nas terras da própria escola, como se tratava de terras do império, tiveram que assumir alguns acordos para ocuparem, ou seja, construírem suas residências.

Nos dias de hoje, alguns moradores da região, como o srs. Edgar e Raimundo, afirmam que o bairro nasceu a partir da escola agrícola. Por quê? Porque, segundo eles, essas terras eram de domínio imperial. Depois, passaram para o engenho das Lages e, na sequência, para a Escola Agrícola. Logo, os trabalhadores desta mesma escola foram construir suas casas de palhas e madeiras nesses montes, mas tinham a obrigação de pagar uma espécie de aluguel por ocuparem as terras imperiais. Uma vez por mês o funcionário tinha que trabalhar uma diária, um dia de trabalho, exclusivamente como pagamento da moradia. De acordo com a lei 601 de 1850, a chamada Lei de terras de 1850, o processo de concessão de terras vai sendo modificado, e essas modificações promovem várias transformações na economia, forçando um debate em torno dessas políticas de terras. Já no século XIX, a terra é incorporada na economia comercial mudando a relação deste bem com o proprietário.

“A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmaria, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território”. (Cavalcante 19_? P.4)

Talvez isso explique o porquê da cobrança de aluguel por parte do poder provincial, aos trabalhadores da escola. Uma diária de trabalho de cada funcionário chefe de família, com certeza era lucrativo para a Escola.

“A Lei de Terra de 1850 é significativa no que se refere à ocupação da terra no Brasil, pois a partir dela a terra deixou de ser apenas um privilégio e passou a ser encarada como uma mercadoria capaz de gerar lucros”.

4 MEMÓRIAS DE CAMPINAS

E a história de Campinas se escreve a partir das memórias de alguns “ouvintes” ou pessoas que viveram mais de perto a formação da fazenda, do bairro e suas transições. Levando em consideração o que no diz (Santos, 2019 p.8), recorrendo a Ecléa Bosi, a memória só existe a partir do presente, e está sujeita às interpretações dos indivíduos nas conjunturas do momento (BOSI: 1993, p. 283).

Além dos senhores Edgar, de 86 anos, Augusto, com 80 anos, Raimundo Nonato, de 78 anos e Raimundo dos Santos, de 65 anos, contatados em suas residências separadamente, também entrevistamos Dona Adelaide, com 81 anos de idade, nascida em São Lourenço, e que ainda criança foi para o distrito do Monte Recôncavo e, em seguida, mudou-se para Campinas. Nessa época, por volta da primeira metade do século XX, só existiam, aproximadamente, 10 casas, e, segundo Dona Adelaide, os primeiros moradores residiam nas intermediações da fazenda Campinas, como, por exemplo, na fazenda Bela Vista. Aos poucos, eles foram se deslocando, migrando para Campinas e assim formando e ampliando o núcleo habitacional.

Ainda existe parte da cerca na rua da Mangueira, nas imediações da fonte que recebe o mesmo nome da rua, que dividia as fazendas Campinas e Bela Vista. Foi nas proximidades dessa cerca que, segundo seu Augusto, as primeiras famílias foram formadas. Para seu Edgar, isso é um complemento da origem, “essa cerca realmente existiu e, em partes, ainda existe, nas proximidades da fonte da mangueira”. Pouco sabemos se esses primeiros moradores, trabalhadores da escola Agrícola que chegaram à região que se tornou Campinas, eram antigos escravizados ou seus parentes, como afirma seu Raimundo dos Santos. Mas podemos supor que, nos primeiros tempos da Escola Agrícola, quando o trabalho escravo ainda era recorrente na região, alguns desses habitantes fossem também escravizados.

Muitos dos entrevistados afirmam que a origem do nome Campinas está na grande quantidade de capim que existia nas terras da região, antes da povoação. Eram tantos que, em alguns locais dificultavam até mesmo o trajeto, tendo que fazer caminhos por entre eles. A senhora Vilma Maria Alves da Silva, moradora do bairro, aos 66 anos, doméstica, afirma ter

ouvido dos pais e vizinhos mais velhos: “por conta da grande quantidade de capim que tinha aqui, por isso deram o nome de Campinas”.

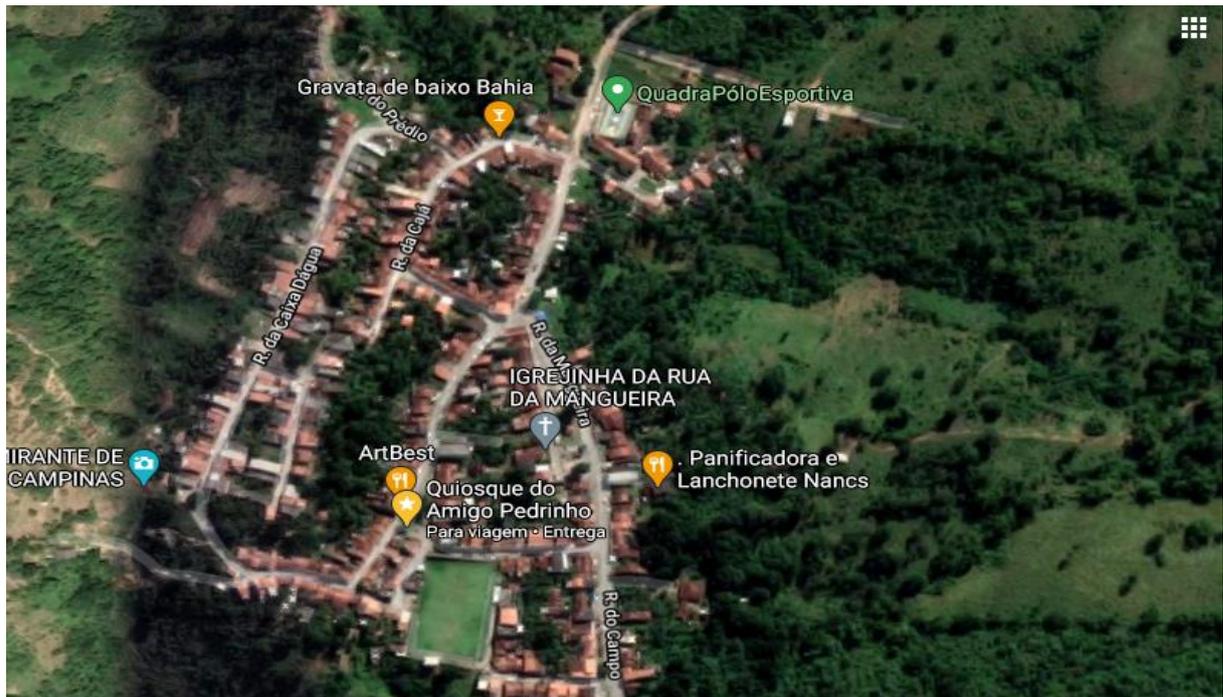
Quando buscamos nos dicionários a definição da palavra campina, descobrimos que deriva de capina, que pode ser também capinar, ato de cortar o capim, limpar a terra e também a formação herbácea contínua e desprovida de árvores. Herbácea ou vegetação herbácea, onde se caracteriza por apresentar: - Altura igual ou menor que dois metros. Propagação (expansão da área de ocorrência) por meio de rizomas (caules subterrâneos que emitem pequenos ramos com folhas jovens. Assim, poderíamos dizer então que Campinas é um substantivo próprio, feminino e plural de campina. Ou também pode ser mais uma recriação das memórias.

5 “LUGARES DE MEMÓRIAS” EM CAMPINAS

O núcleo habitacional de Campinas está localizado a três quilômetros do centro de São Francisco do Conde. Pelo seu potencial turístico e histórico, e pela proximidade com o centro, costuma-se chamá-lo de bairro nobre. Também se destaca pela participação fundamental no atendimento às necessidades básicas de partes do município, como, por exemplo, no abastecimento de água. De acordo com a oralidade existiu ali uma barragem, que abastecia o bairro de São Bento das Lajes, inclusive a escola agrícola.

Conforme algumas informações que colhi no local, parte das ruínas dessa barragem ainda poderiam ser avistadas. Depois de uma caminhada de aproximadamente 700 metros, pude ver o local, mas sem nenhuma evidência forte e conclusiva de que ali existiu tal barragem. Há uma grande pedra e minadores de águas, características encontradas em muitas partes do bairro, pois possui várias fontes, que saciavam a sede e demais necessidades da região. No caso da barragem, segundo os moradores abastecia outras localidades e, por gravidade, afirmam que essa mesma barragem se rompeu causando alguns acidentes na localidade de São Bento, informação confirmada por alguns, mas desconhecida por outros. A estrada que dá acesso ao bairro foi ampliada, anexando-se uma pista para corrida. Mas as obras não foram até então finalizadas, arrastando-se por mais de seis anos. Em consequência também, existem trechos com muitos buracos, dificultando a passagem de veículos e pedestres.

Figura 2 - Imagem do bairro via satélite



Fonte: Google Maps (2021).

Nesses percursos pelo bairro também descobrimos personagens que se destacam e “lugares de memória” para a comunidade, alguns que já nem existem mais, como a árvore cajazeira lembrada por Dona Nair. O historiador francês Pierre Nora diz que um lugar de memória pode variar desde um objeto físico e concreto, que pode ser localizado espacial e geograficamente, até um mais abstrato. Assim, pode ser um monumento, uma personagem, um museu, um símbolo, um lema ou um evento. Mas eles só viram lugares de memória quando escapam “do esquecimento e uma comunidade o reinveste com seus afetos e suas emoções, referenciando-se assim a uma história coletiva” (NORA, 1993: 7).

Segundo relato de alguns moradores, a cajazeira, árvore centenária, foi destruída, envenenada, e – no ano de 2015 – foi cortada, pois estava causando riscos à população, por ser muito alta e já com os galhos secos caindo, poderia causar acidentes. Ela foi tombada como patrimônio do município. Em São Francisco do Conde, o fruto ficou conhecido como cajá, logo chamado por todos como pé de cajá, mas em outras regiões tanto o fruto como o seu nome sofrem variações como: ambaló, ambaró, cajá-mirim, cajazinha, tapareba, taparebá, taperiba, tapiriba ou cajá-manga. E a árvore chegava a atingir trinta metros de altura, servindo como guia de muitos pescadores e marisqueiros, tanto de São Francisco do conde, como de santo amaro da purificação. Era uma espécie de arvore que servia até mesmo para uma correta localização

das pessoas ao se perderem no mangue ou maré. De tão alta, dizia-se que podia ser vista de outras cidades, como Candeias e de alguns bairros de Salvador.

Figura 3 - Cajazeira, árvore centenária



Outro importante ponto de referência do bairro é a praça do Cruzeiro, idealizada pelos moradores do seu entorno, mas, principalmente, pelo senhor José Martins, falecido no ano de 2014, com 103 anos, contando com a ajuda dos seus filhos. Seu filho Raimundo Nonato dos santos, hoje com 76 anos, lembra com muita emoção dos momentos de preparação para a construção da praça. Segundo Mundinho, como hoje é conhecido na comunidade, também um dos melhores carpinteiros da região, o local escolhido para a construção da praça era público e tomado por matos (vegetação indesejada) e na rua principal do bairro já existia um cruzeiro onde as pessoas faziam suas preces, orações, ou súplicas, e o seu pai pensou em fazer um local

mais próximo de casa para suas preces, daí resolveram preparar o espaço e construíram uma cruz de madeira, e iniciaram as suas orações. Tempo depois, a cruz da rua principal foi substituída, então foi doada esta mesma cruz para os fies da rua de cima. Anos mais tarde, na gestão do então prefeito Antônio Pascoal Batista, entre os anos de 1993 e 1996, a praça foi de fato construída com equipamentos mais modernos, deixando então com a aparência que existe até hoje. Não aconteceram novas reformas, porém, ela permanece com o mesmo nome.

Também se destaca a Praça André Curcino, Praça da rua de baixo ou praça da Mangueira como é bastante conhecida pela comunidade, e bem pouco pelo nome que a foi batizada, em homenagem a um morador, André Curcino da Cruz. Muito popular, com seu carisma e caridade, cativava e conquistava a todos e a todas, carpinteiro profissional com seus serviços muito bem requisitados. Uma pessoa bastante influente, lembrado até os dias atuais por aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo e com ele conviver. Seu Porcino, como era conhecido, faleceu deixando saudade na comunidade.

Figura 4 - Praça do Cruzeiro e a esquerda Praça André Curcino



Por fim, também ressalto duas personagens importantes na comunidade. Dona Adelaide, com 81 anos de idade, recorda com muita alegria dos tantos partos que fez e outros que ajudou a fazer. Muitos dos filhos de Campinas foram amparados pelas mãos de dona Adelaide, esposa, mãe e avó, reside até hoje no bairro, na Rua da Cajá, casada com o sr. Pedro dos Santos, juntos tiveram 14 filhos.

E seu Nequinho, como é conhecido por todos na cidade de São Francisco do Conde. Ex-prefeito, esteve à frente da administração municipal durante o período de abril de 1967 a fevereiro de 1972, ocupando o sexto lugar na lista dos prefeitos eleitos em São Francisco do Conde, cargo que antes era por indicações. O sr. Ezequiel do Amaral também continua residindo em Campinas, numa casa na rua da Mangueira. Com 96 anos de idade, não assimila mais normalmente as informações, segundo sua nora e demais parentes. Em dias alternados,

fica mais ativo, em outros, totalmente desconectado. Fiz algumas tentativas para um diálogo e ambas não foram possíveis. A última tentativa se deu no dia 10 de dezembro 2015, às 15h.

Figura 5 - Dona Adelaide e a esquerda Seu Ezequiel



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados pelos autores, pelos relatos e depoimentos dos entrevistados, e de suas memórias, as terras que hoje chamamos de Bairro de Campinas pertenceram a São Bento das Lages. Dessa forma, já que o bairro teve início no seu processo de formação com os trabalhadores da construção da Escola Agrícola, e essa construção teve seu início entre os anos de 1859, e inaugurada em 1877, podemos supor que este bairro teve sua origem entre a década de 1870 e o final do século XIX. Como a obra se encerrou apenas em 1868, é provável que as migrações aconteceram após esse período. Sendo assim, podemos estimar que, em 2021, Campinas completa seus 161 anos, pensando em sua origem a partir de 1860.

O cenário atual pandêmico, com o agravamento da covid-19, impossibilitou o avanço mais profundo da pesquisa. Para cumprir os decretos estaduais e municipais em obediência às normas de segurança, estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, tive que cancelar e/ou interromper algumas entrevistas, visitas a arquivos, secretarias do município e demais locais para colher informações acerca da história do bairro, mesmo sabendo que não há muito registro sobre a história do município, principalmente sobre o processo de transição e urbanização, bem como a formação dos bairros em geral, com datas específicas de surgimento e/ou formação dos tais. No caso das entrevistas, como quase todas seriam realizadas com pessoas mais idosas, não

foi possível realizá-las, por causa do distanciamento social, pois os idosos são considerados grupos de riscos.

Nessas investigações, também pude observar que os mesmos erros cometidos em outros períodos da história do município de São Francisco do Conde voltam a se repetir. A divisão política da nova geração de políticos que se restringem apenas a atitudes imediatistas que os impedem de perceber as questões mais importantes para a geração presente, e as indústrias, no sentido de reverter essa situação tão preocupante de total falta de perspectivas futuras, principalmente, nos setores mais jovens da população, buscando através de formulação e aplicação de políticas sérias devolver a cidade, com o ritmo de crescimento que foi interrompido ao longo desses anos. Os nossos principais dilemas têm raízes profundas no passado, por isso que é importante investigar as origens do nosso passado, pois só sabemos para onde estamos indo quando descobrimos de onde viemos.

Referências

- AGRUFBA.** Escola de Agronomia da UFBA (<http://www.agronomia.ufba.br/historico.html>).
- BARICKMAN, B. J. Até a véspera: O Trabalho Escravo e a Produção De Açúcar Nos Engenhos Do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.
- BARICKMAN, B. J. E Se A Casa-Grande Não Fosse Tão Grande? uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, p. 79-132, 2003.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Açúcar, Fumo, Mandioca E Escravidão No Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASA de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>)
- CAVALCANTE, José Luiz, a lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra, Brasil, (19...?)
- DIAS, Maria da Graça Andrade. Memórias e Existências [manuscrito]: identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia. Belo Horizonte MG- 2015.
- DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: www.todabiologia.com/botanica/vegetacao_herbacea.htm acesso em 09/04/201 as 20:16
- FREITAS, Idalina M. Almeida; SANTANA, Tatiana Florentino; VIANA, Jaciara; SÁ, Elzira. Escravidão e trajetórias do pós-emancipação em São Francisco do Conde: notas de pesquisa (séculos XIX E XX). *Revista da ABPN*, v. 12, Agosto de 2020, p. 563-590

- FREITAS, Idalina Maria Almeida, Escola Agrícola da Bahia de São Bento das Lages: experiências na implementação de instrução agrícola na Vila de São Francisco do Conde (1850- 1890). Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 21, p. 29-49, maio/ago. 2019 Inventário de Proteção do Acervo Cultural vol. II, Monumentos e Sítio do Recôncavo 1ª parte, Bahia.
- LEAL, Abinael Moraes. São Francisco do Conde: Guia de Turismo. 1998 1ª edição
- MEIHY, José Carlos S.B. Manual de história oral. 4.ed (ver. e ampl.). São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- Memorial Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/linha-do-tempo> acesso em: 05/03/2021 as 23:05
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PEDRÃO, Fernando. Novos e Velhos Elementos na Formação Social Do Recôncavo da Bahia de todos os Santos. Revista do Centro de Artes e Letras, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- PLANO de abastecimento de água. Governo do Estado da Bahia. Vol.01, cap.05 disponível em: <http://www.sih.ba.gov.br/arquivos/File/vol1cap5> acesso em, 29/03/2021 as 23:40
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- REIS, João José. Recôncavo Rebelde: Revoltas Escravas nos Engenhos Baianos. Universidade Federal Da Bahia, 1992.
- SANTOS, Raimundo Cerqueira. Engenho Cajaíba: Memórias da escravidão no Recôncavo Baiano. Recife-PE, 2019 27
- SCHWATZ, Stuart B. Segredos Internos Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia Da Letras, 1988.